

*Divida externa*

# GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 25 de novembro de 1983

## Total surpreendente renegociado com o Clube de Paris

Dissemos, dias atrás, a propósito das negociações do governo brasileiro com o Clube de Paris, que tudo poderia ser facilitado pelo fato de o Clube não funcionar de acordo com regras codificadas, tendendo a considerar "cada caso um caso", como afirmou há pouco o seu secretário geral, Michel Camdessus. Essa expectativa se confirmou: o Brasil conseguiu nove anos de prazo, com quatro de carência, para a liquidação de 85% do total renegociado, contrariando a praxe do grupo de fixar o prazo máximo em oito anos. E o total foi elevado para US\$ 3,8 bilhões, uma soma absolutamente surpreendente para quem acompanha as negociações externas brasileiras, representando 65% a mais do que a estimativa inicial (US\$ 2,3 bilhões).

Este é apenas um dos pontos a necessitar de esclarecimento no tocante às conversações desta semana com o Clube de Paris. Notamos, em primeiro lugar, que a constituição do grupo de países que negociaram com o Brasil é algo diferente da sua composição normal. Tradicionalmente, os

países-membros do Clube são os dezessete que pertencem ao Comitê de Assistência do Desenvolvimento da OCDE (Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça, Grã-Bretanha e Estados Unidos). Das últimas negociações com o Brasil não participaram Austrália, Nova Zelândia e Finlândia. Entraram, no entanto, dois novos membros — Espanha e Portugal —, ficando o número em dezesseis. Esta é mais uma demonstração da flexibilidade do Clube. Aparentemente, a alteração seria devida ao fato de que os países que saíram têm um nível muito baixo de comércio com o Brasil. Já os que ingressaram estão entre os nossos parceiros tradicionais na Europa.

O que mais intriga é, sem dúvida, a elevação inesperada do total negociado. As explicações apresentadas tanto por Camdessus quanto pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvões, não são convincentes. Segundo eles declararam, o aumento do total nego-

ciado foi devido à correção de estimativas preliminares. A margem (US\$ 1,5 bilhão a mais) parece muito grande para que se trate pura e simplesmente de uma retificação de cálculos.

Pelo menos uma agência internacional — a AP-Dow Jones — chegou a noticiar que a negociação teria incluído também juros em atraso. A informação foi confirmada ontem pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pas-tore.

Tendo o Clube aceitado renegociar juros, esta é uma importante abertura para o Brasil, embora não chegue a constituir um caso inédito. Uma vez que isso ocorreu, as autoridades brasileiras têm todo o interesse em trombetear uma importante conquista, que significa um precedente muito útil para futuras conversações com banqueiros internacionais.

Além dos juros, empresas estrangeiras acertaram com seus governos, nos últimos meses, o recebimento de atrasados comerciais brasileiros, prática que não é incomum. Os seus governos,

agindo como uma espécie de seguradoras das vendas feitas ao Brasil, passaram a credores dos compromissos, podendo, portanto, negociá-los através do Clube de Paris.

Assim sendo, a conta de atrasados que o Brasil terá de liquidar até o fim do ano reduz-se sensivelmente. Esse total, que é calculado em US\$ 3 bilhões, cairia para US\$ 2 bilhões, aproximadamente, possibilitando ao País acumular certo volume de reservas nos próximos dois ou três meses, mesmo não conseguindo levantar a soma total de US\$ 6,5 bilhões junto aos bancos internacionais.

É possível também que, em contrapartida, o nosso governo tenha concordado em amenizar os controles sobre as importações dos países que possibilitaram o expressivo aumento dos créditos renegociados. Isso não modificaria a meta de um superávit de US\$ 9 bilhões em 1984. Uma maior folga estaria na dependência de uma expansão de nossas exportações a uma taxa superior a 15% no próximo ano.